

CERTIFICAÇÃO AGRÍCOLA É PRIORIDADE NO CAMPO

*** Roberto Rodrigues**

Todos os dias, em diferentes países, estão acontecendo eventos tratando do aquecimento global, da camada de ozônio, das mudanças climáticas, e o tema da sustentabilidade da espécie humana ganha uma dimensão planetária.

É importante ter claro o que é desenvolvimento sustentável: é o conjunto de atividades que atendem às necessidades do presente sem comprometer às das gerações futuras. A idéia está assentada num tripé: atividade econômica, bem-estar social e proteção dos recursos naturais.

Cresce o número de acadêmicos, políticos e líderes civis que se interessam e se aprofundam no assunto, e, com a preocupação assim avançando, ninguém pode ficar à margem de tal discussão: afinal, é o próprio futuro de nossos descendentes que estamos cuidando de proteger.

Uma das vertentes deste grande universo de problemas tem a ver com a produção agrícola. A forma como são produzidos os alimentos, os insumos utilizados (defensivos, fertilizantes, semente), os tratamentos culturais adotados, a mão de obra (infantil ou em trabalho forçado), a armazenagem, o processamento, enfim, todos os elos da cadeia produtiva tendem a ser verificados, para que o produto final tenha plena aceitação por parte de consumidores cada dia mais exigentes. Já existem, em supermercados europeus, peças de carne com certificado de origem tão detalhado que informa a fazenda onde o boi foi criado e como foi sua criação.

Tais informações se dão a partir de procedimentos de rastreabilidade do produto - o acompanhamento de todos os passos do processo produtivo - seguidos de uma certificação do mesmo, através de instituições e/ou entidades devidamente reconhecidas e cadastradas por organismos internacionais de validação.

É assim que são verificados os produtos orgânicos, os convencionais e os transgênicos, por exemplo. É assim que os consumidores vão preferindo produtos mais livres de insumos químicos eventualmente poluentes.

Há, portanto, uma clara tendência, hoje mais presente nos países ricos, de exigir informações detalhadas sobre o alimento a ser consumido.

Por todas essas razões, produtores rurais dos principais países agrícolas vão se movimentando para organizar seus sistemas de verificação, de rastreabilidade e de certificação. Se esta é uma tendência dos consumidores, é preciso preparar-se para atendê-los.

O Brasil vem tentando fazer sua lição, seja por parte da iniciativa privada, seja por parte do governo. É assim que foi criado e recentemente aperfeiçoado o SISBOV, mecanismo de rastreabilidade da carne bovina; é assim que foi aprovada uma lei para os produtos orgânicos, cujo regulamento dá também as regras de verificação; temos a IMAFLORA, iniciativa pioneira do manejo e Certificação Florestal e Agrícola e o IBD, Instituto Biodinâmico, com estratégias e fundos para inclusão de pequenos produtores.

No ano passado, a ABIOVE, (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais) e a ANEC (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais), atentas às preocupações mundiais quanto à ocupação da Amazônia, adotaram uma moratória de dois anos para a comercialização de soja proveniente daquele bioma.

Há também certificadoras internacionais operando no Brasil, e várias cadeias produtivas se articulam em busca de selos de qualidade que diferenciam seus produtos e produtores no mercado global.

O país tem autoridade e credibilidade para desenvolver e exportar sistemas de certificação para commodities (somos principais exportadores de várias delas) bem como para orgânicos, carnes, derivados de leite, fibras, etc. Temos, enfim, condições de criar padrão de certificação de alto nível. E, se não o fizermos, acabaremos tendo de engolir critérios importados de outros países, fundados em realidades incompatíveis com a nossa.

A agroenergia, novo paradigma agrícola mundial, capaz mesmo de fazer renascer as discussões da ALCA e até da OMC, já provocou a União Européia para a certificação de biodiesel... não podemos ficar para trás nisto também.

Pois bem: há um esforço integrado hoje no Brasil para construir um sistema articulado, cuja finalidade não é a de criar novos selos de certificação, mas sim a valorização de todo e qualquer selo já existente ou que venha a ser criado, e que atenda a certos critérios mínimos. Tal movimento está sendo chamado de Iniciativa Brasileira de Verificação da Atividade Agropecuária, é Tripartite (cuidará das questões econômicas, sociais e ambientais), e começa a ser articulado, tendo em vista abranger, no longo prazo, todos os produtos agropecuários no país inteiro.

O critério básico é a **não obrigatoriedade**.

A missão da Iniciativa é a criação de um sistema transparente de verificação voluntária e certificação independente que contribua para reduzir impactos, estimulando mudanças sócio ambientais com agregação de valor aos produtos agropecuários.

Cadeias produtivas ou setores inteiros podem se interessar pela proposta, como, por exemplo, seria o caso do cooperativismo.

A doutrina cooperativa avalia o projeto. E seus resultados econômicos deverão atrair as boas cooperativas brasileiras.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal**